



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7867 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

**MULHERES NO ESPAÇO PRISIONAL: O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR**

Bruna Magalhães dos Santos - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

### **MULHERES NO ESPAÇO PRISIONAL: O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR**

Este trabalho pretende observar como vem se dando historicamente o acesso ao ensino superior de mulheres encarceradas no Complexo Penitenciário de Gericinó, localizado no município do Rio de Janeiro. É parte de uma pesquisa de mestrado, em andamento, com Bolsa Capes, que busca investigar quais mecanismos, oportunidades, políticas públicas institucionais e o processo de escolarização que, porventura, propiciam às mulheres em situação de privação de liberdade que estudam nas escolas estaduais do complexo prisional possam acessar e ingressar em um curso superior. Desta maneira, questões como: (a) as mulheres privadas de liberdade, encarceradas no Complexo, que frequentam as escolas estaduais vêm possuindo as mesmas possibilidades das estudantes fora do sistema prisional para acessar e ingressar no ensino superior? (b) o currículo dentro do sistema prisional se difere do currículo das escolas extramuros? Gomes (2008) apresenta o currículo como mecanismo de emancipação e libertação, posto isto, a construção de um currículo dentro do sistema educacional prisional deve levar em conta a importância das experiências cotidianas dessas mulheres/encarceradas/estudantes; o funcionamento no dia-a-dia do complexo prisional e das escolas.

As mulheres em situação de encarceramento vivem uma situação de dupla exclusão. A discriminação e a violência de gênero aliam-se ao estigma que lhes confere a sociedade por serem presas.

Segundo um estudo produzido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a população carcerária feminina no Brasil aumentou cerca de 567% em dezesseis anos, de 2000 a 2016. Os dados indicam que, no Brasil, encontra-se a quarta maior população carcerária feminina a nível mundial, perdendo para os Estados Unidos, China e Rússia (FGV, 2018).

Criado em 2004, o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), produzido pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), apresenta dados e informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro. Em 2014 é criado o Infopen Mulheres. Sobre as características das mulheres privadas de liberdade no Brasil, o documento concluiu que:

Em geral, as mulheres submetidas ao cárcere são jovens, têm filhos, são as responsáveis pela provisão do sustento familiar, possuem baixa escolaridade, são

oriundas de extratos sociais desfavorecidos economicamente e exerciam atividades de trabalho informal em período anterior ao aprisionamento. (INFOPEN, 2014, p.5)

Segundo o *Relatório Temático sobre mulheres privada de liberdade* do Infopen de 2017, o estado do Rio de Janeiro possui a terceira maior população feminina privada de liberdade do país, perdendo apenas para São Paulo e Minas gerais: “O estado de São Paulo concentra 31,6% da população prisional feminina do país, com 12.183 mulheres privadas de liberdade, seguido por Minas Gerais com 10,6%, ou 3.365 mulheres e Rio de Janeiro com 7,3%, ou 2.168 mulheres” (INFOPEN, 2017, p.9). Já o relatório de 2018 revela que o Rio de Janeiro passou para a quarta posição, após o estado do Paraná assumir a terceira com 3.251 presas e o Rio com 2.254 (INFOPEN, 2018, p.16).

Sobre o *Direito à Educação* o relatório dispõe que “O acesso a uma educação gratuita e de qualidade é uma das formas de ressocializar as mulheres que se encontram custodiadas”. Nesse processo, as atividades educacionais “são desenvolvidas dentro das unidades prisionais” (INFOPEN, 2017, p.60). Essas atividades de ensino escolar compreendem desde a alfabetização até o ensino superior.

Conforme apresentado no site do Grupo de Monitoramento de Fiscalização do Sistema Carcerário, que foi criado pelo Conselho Nacional de Justiça, e no site da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), das 25 unidades prisionais do Complexo, 3 são femininas, a Penitenciária Talavera Bruce, o Presídio Nelson Hungria e a Cadeia Pública Joaquim Ferreira de Souza, com suas respectivas escolas Colégio Estadual Roberto Burle Marx, Colégio Estadual Primeiro Tenente Hailton dos Santos, e Colégio Estadual José Lewgoy. O relatório apresentado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2018) revelou a precariedade dos presídios que o formam o Complexo Penitenciário de Gericinó. Outrossim, o relatório apontou a precariedade de algumas unidades desse complexo prisional, dentre aquelas cuja situação seria mais preocupante, estaria o presídio feminino Nelson Hungria.

A investigação está sendo balizada pela pesquisa bibliográfica e documental. Inicialmente a ideia era também a realização de entrevistas, porém com a Pandemia do Covid 19, está sendo reavaliada essa possibilidade. No plano teórico a averiguação das desigualdades sociais e a estigmatização das pessoas em situação de encarceramento, o pensamento de Foucault (2014); quanto a questão de gênero Scott (1995); e na abordagem da educação como mecanismo de inclusão Freire (1992).

Segundo informações da Secretaria de Administração Penitenciária, ao longo dos anos esta Secretaria vem estabelecendo colaboração com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, a fim de proporcionar aos detentos a oportunidade de cursar o ensino superior. Os internos também podem prestar o Exame Nacional do Ensino Médio- ENEM.

Os presídios no estado do Rio de Janeiro apresentam muitos problemas de higiene, saúde, superlotação. O Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro, “que tem como objetivo planejar, realizar e conduzir visitas periódicas e regulares a espaços de privação de liberdade” (ALERJ, 2016, p.4), no relatório nomeado "Mulheres, Meninas e Privação de Liberdade", afirma que a situação se agrava nesse contexto “o Estado passa por uma crise econômica que além de atingir a educação e saúde, por óbvio, traz graves consequências para aqueles e aquelas que estão sob sua custódia e que cotidianamente tem suas necessidades básicas negadas” (ALERJ, 2016, p. 96).

Investigar como vem acontecendo o acesso das mulheres em privação de liberdade ao ensino superior nos presídios femininos e em suas respectivas escolas, articulada a questão de gênero, é buscar entender a estrutura escolar no contexto prisional em que elas vivem, suas

dificuldades, lutas, objetivos, desejos e sonhos, que propiciem esse ingresso.

**Palavras-chave:** Educação prisional feminina. Mulheres em privação de liberdade. Ensino Superior.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALERJ. Relatório Temático: *Mulheres, Meninas e Privação de Liberdade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2016.

CIDH (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS). Relatório *Observações preliminares da visita in loco da CIDH ao Brasil*. 2018.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. 2014. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>> Acesso em: 12 set. 2019.

FGV (Fundação Getúlio Vargas). Policy Paper- Segurança e Cidadania *Encarceramento Feminino*. Rio de Janeiro, 2018.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da Prisão*. 42<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 31<sup>a</sup> ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GMF (Grupo de Monitoramento de Fiscalização do Sistema Carcerário). GMF. Disponível em <http://gmf.tjrj.jus.br/unidades-prisionais>. Acesso em: 14 set. 2020.

GOMES, Priscila Ribeiro. *O currículo numa escola prisional feminina: os impasses do cotidiano*. 2008. 113p. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.20, n2, p. 71-99, jul/dez, 1995.

SEAP (Secretaria de Administração Penitenciária). Visitante SEAP. Disponível em <http://www.visitanteseap.rj.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2020.